

Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano¹

Márcio Caniello

- Doutor em Sociologia.
- Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande.
- Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (GPDSA).

Ghislaine Duqué

- Doutora em Sociologia.
- Aposentada da Universidade Federal de Campina Grande.
- Líder do Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GPAF).

Resumo

Mostra resultado da pesquisa realizada no ano de 2004 por professores e estudantes da Universidade Camponesa no território do Cariri paraibano. Verifica que, embora o discurso dos assentados apontasse inequivocamente para a preferência da construção das casas nos lotes em virtude de questões culturais, sociais, econômicas e produtivas, havia uma forte predominância da implantação de agrovilas nos assentamentos. Segundo os próprios assentados, a decisão favorável à construção das agrovilas teria sido induzida pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir do argumento de que somente essa opção garantiria o acesso das famílias à água encanada, energia elétrica, assistência médica e educação. O artigo demonstra que o argumento dos técnicos é falacioso, sendo imposto aos assentados por meio de uma série de expedientes espúrios, como a imputação de regime de urgência à decisão. Conclui que a construção das casas nos lotes destinados às famílias daria uma maior sustentabilidade aos assentamentos uma vez que é mais condizente com o *ethos* camponês e com a dinâmica econômica da agricultura familiar, sustentáculos básicos do empreendimento rural no semi-árido brasileiro.

Palavras-chave:

Assentamentos da Reforma Agrária; Cariri Paraibano; Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.

¹ Este artigo foi elaborado com base no Relatório Final da Pesquisa-Ação "O Mundo Social dos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano", desenvolvida no ano de 2004, pelos autores e alunos do II Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, promovido pelo Projeto Universidade Camponesa (UniCampo) – uma parceria entre Universidade Federal de Campina Grande, Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), Projeto Dom Hélder Câmara, Prefeitura Municipal de Sumé e Escola Agrotécnica de Sumé. Para maiores detalhes sobre o Projeto Unicampo, conferir Caniello e Tonneau (2006).

1 – O TERRITÓRIO DO CARIRI PARAIBANO

O Cariri é uma microrregião do Estado da Paraíba, localizada na franja ocidental do planalto da Borborema. Composta por 29 municípios, ocupando uma área de 11.233 km² e, segundo o censo de 2000, possui uma população de 173.323 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 habitantes por km². Localizada em plena “diagonal seca” (COHEN; DUQUÉ, 2001, p. 47-48), onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro, com médias anuais históricas inferiores a 400mm, seu clima regional (Bsh) caracteriza-se por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 26°C), fracas amplitudes térmicas anuais e chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares.

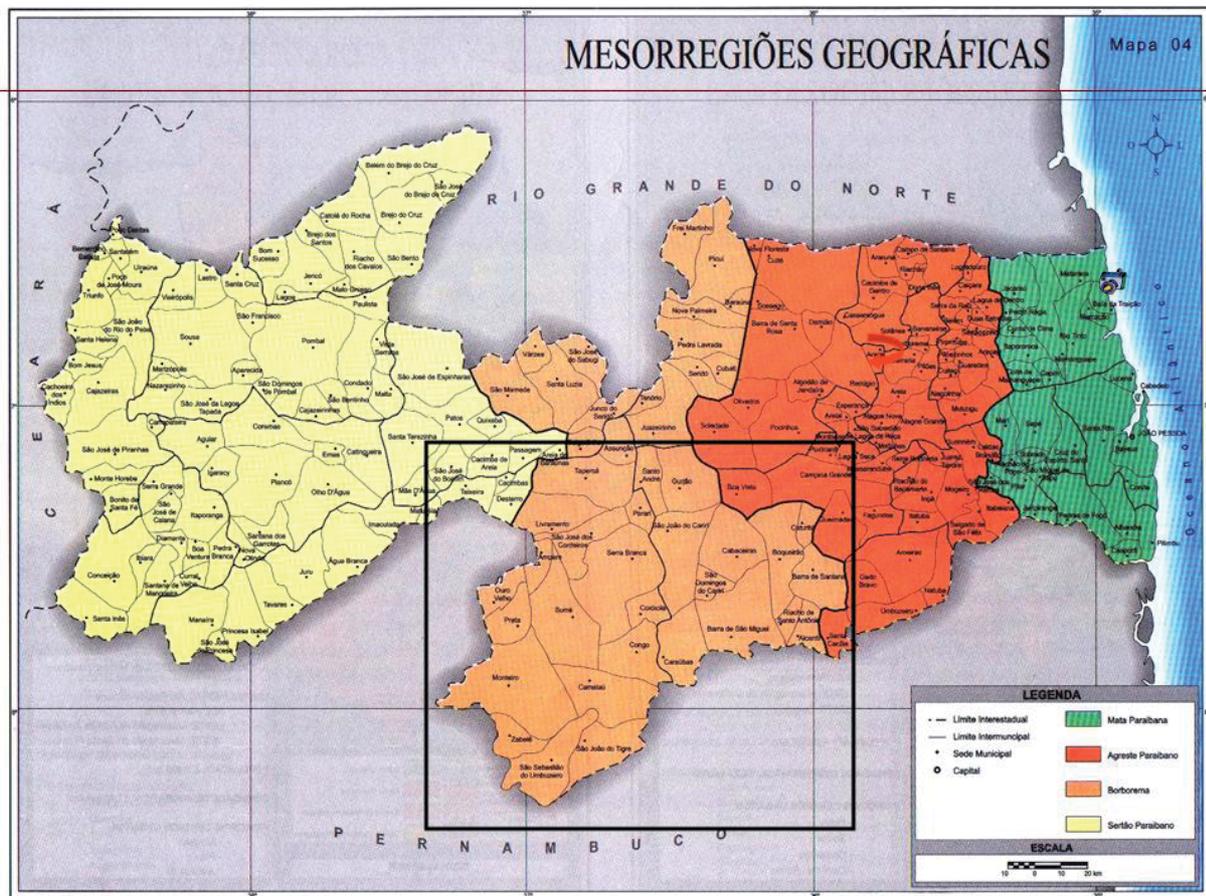
A vegetação é constituída pela caatinga, a mais xerófila, apresentando-se geralmente com fisionomia de

estepe arbustiva, deixando aparecer, durante a estiagem, um solo geralmente desnudo – sem recobrimento herbáceo – e, portanto, não passível de incorporar matéria orgânica. Não são raros os trechos pedregosos, juncados de seixos, onde a erosão em lençol é acentuada.

2 – O POVO DO CARIRI PARAIBANO

Região de ocupação humana imemorial, apresenta inúmeros sítios arqueológicos² com lajedos pintados com inscrições da “Tradição Agreste” (subtradição Cariris Velhos), de início provável há 5.000 anos antes do presente, e furnas com cemitérios indígenas apresentando muitos esqueletos, alguns envolvidos com esteiras de caróá. O material lítico também é abundante, predominando machados de mão de pedra polida.

Quando da chegada dos europeus à América Tropical, o território era dominado pelos índios Cariris, povos



Mapa 1 – Estado da Paraíba, com a Microrregião do Cariri Destacada

Fonte: Rodriguez (1999)

² Os dados arqueológicos sobre o Cariri paraibano baseiam-se nos trabalhos de Almeida (1978); Cabral (1997); Martin (1999) e Rietveld (1999).

caçadores-coletores falantes de uma língua do tronco Macro-Jê, cuja origem provavelmente remonta, segundo Urban (1998, p. 90), a 5 ou 6 mil anos antes do presente. Até meados do século XVII, a região permaneceu praticamente intocada pelos colonizadores, mas, em 1665 uma sesmaria com “30 léguas de terras, que começam a correr pelo rio da Paraíba acima, onde acaba a data do Governador André Vidal de Negreiros, e 12 léguas de largo para o sul e 10 para o norte” foi concedida à família Oliveira Ledo. (JOFFILY, 1977, p. 346). Entre 1668 e 1691, Domingos Jorge Velho e seus terços de campanha correram os sertões das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte após terem desbaratado o Quilombo de Palmares, empenhando-se na chamada “guerra dos bárbaros”, “a cruenta campanha contra os tapuais brabos” (JOFFILY, 1977, p. 347) que viria a prefigurar uma das duas rotas da frente de expansão pecuária que, segundo Capistrano de Abreu (1988, p. 166), devassaram os sertões nordestinos.

3 – RENTE DE EXPANSÃO PECUÁRIA

De fato, no último quartel do século XVII, os Oliveira Ledo – assim como os potentados da Casa da Torre – iniciariam o processo de ocupação dos “sertões de fora”³ movimentando numerosas boiadas a partir da margem esquerda do São Francisco e chegando a corrente povoadora, segundo Holanda (1993, p. 221), até o sul do Ceará e do Maranhão em 1690. O processo foi de tal maneira cruento que D. Filipe III chegou a dirigir uma carta régia ao Capitão-mor da Paraíba em 16 de setembro de 1699, solicitando-lhe advertir o fundador de Campina Grande por “estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou em sua guerra”.

Sem embargo, segundo Abreu (1988, p. 168), malgrado a violência empregada na colonização sertaneja, o tipo de exploração econômica – “a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância” –, a configuração do espaço – “abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar” – e as características da povoação – “os primeiros ocupadores do sertão não eram os donos das sesmari-

³ “Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana”. (ABREU, 1988, p. 172).

as, mas escravos ou prepostos” – ensejou a possibilidade de sobrevivência dos habitantes ancestrais: “muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram”.

4 – FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO CARIRI PARAIBANO

Não há estatísticas confiáveis sobre o destino das populações ancestrais arrostadas pela frente de expansão pecuária, mas sabe-se que, além daqueles que resistiram fixando-se em recantos pouco acessíveis ou desfavoráveis à criação de gado – como, por exemplo, os Atikum da Serra do Umã, os Pancararu e os Xucuru dos sertões do Pajeú – muitos índios incorporaram-se ao processo produtivo, seja como vaqueiros, seja como pequenos cultivadores de alimentos. Estes, juntamente com posseiros e foreiros que “estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de sítio” (ANDRADE, 1986, p. 148) e, também, escravos quilombolas que se refugiaram na região, viriam a constituir as raízes do campesinato⁴ no Cariri paraibano em plena “civilização do couro”. De fato, segundo Moreira e Targino (1997, p. 72), o sistema de pagamento do vaqueiro “não só permitiu o acesso à exploração, mas também à propriedade da terra aos homens pobres livres”, uma vez que “depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias, cabia-lhe uma; podia-se assim fundar fazenda por sua conta”. (ABREU, 1988, p. 170).

5 – O CICLO DO ALGODÃO

Tal como os “grupos de agricultores pobres autônomos”, numerosos no Nordeste oriental, também os rústicos sertanejos mantiveram-se “imersos e ocultos nos subterrâneos mais recônditos da história colonial” (PALÁCIOS, 2004, p. 26), mas, a partir do final do século XVIII, com a emergência da cultura do algodão (*Gossypium hirsutum* var. *marie galante*), viriam a ocupar uma posição fundamental na economia revigorada pelo “ouro branco”. De fato, a cotonicultura requer grandes contingentes de mão-de-obra e, ao contrário de outras culturas de exportação, não é incompatível com a economia camponesa, pois o algodão pode ser cultivado em associação com

⁴ Em trabalho anterior (CANIELLO, 1991) procuramos justificar teoricamente a definição do pequeno criador de gado como “camponês”.

as culturas de subsistência e seu restolho serve como alimento para o gado no período mais seco do ano.

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 77), em virtude disso o algodão “foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que detinham a posse legal da terra como foreiros e parceiros” e, desta maneira, “a combinação gado-algodão-policultura, [estabeleceu-se] como o trinômio marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX”.

Uma decorrência importante do ciclo do algodão foi a consolidação do campesinato na região, pois “do mesmo modo que no litoral, a pequena produção no sertão desenvolveu-se inicialmente no interior do latifúndio e dele dependente, sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento”. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 78). Entretanto, com a crise da cotonicultura durante a segunda metade do século XX, também entrariam em crise os sistemas de parceria tradicionais – o que redundaria na “expulsão” dos moradores – e se verificaria um acentuado empobrecimento dos pequenos cultivadores.

De fato, em conseqüência dessas circunstâncias e, evidentemente, das secas freqüentes, a região entrou num longo período de depressão econômica caracterizado, por um lado, pela restauração do latifúndio agropecuário extensivo e, por outro, por um êxodo rural pronunciado, uma vez que:

A crescente pecuarização promove sistematicamente a expulsão disfarçada dos moradores, na medida em que a cultura do algodão – sua principal razão de ser na fazenda tradicional – e a agricultura de subsistência têm que ceder espaço às plantas forrageiras. (DUQUÊ, 1985, p. 172).

Durante as décadas de 1970 e 1980, enquanto minguava o cultivo do algodão, o empreendimento patronal mantinha-se economicamente viável em função, fundamentalmente, dos “financiamentos a fundo perdido” da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – como, por exemplo, a introdução da algaroba (*Prosopis sp*) para produção de forragem, um dos mais desastrosos projetos produtivos desenvolvidos no semiárido brasileiro – enquanto os camponeses pobres que insistiam em permanecer na região sobreviviam à mingua sob o domínio incontestado dos “coronéis” e sob a legislação draconiana do regime de exceção.

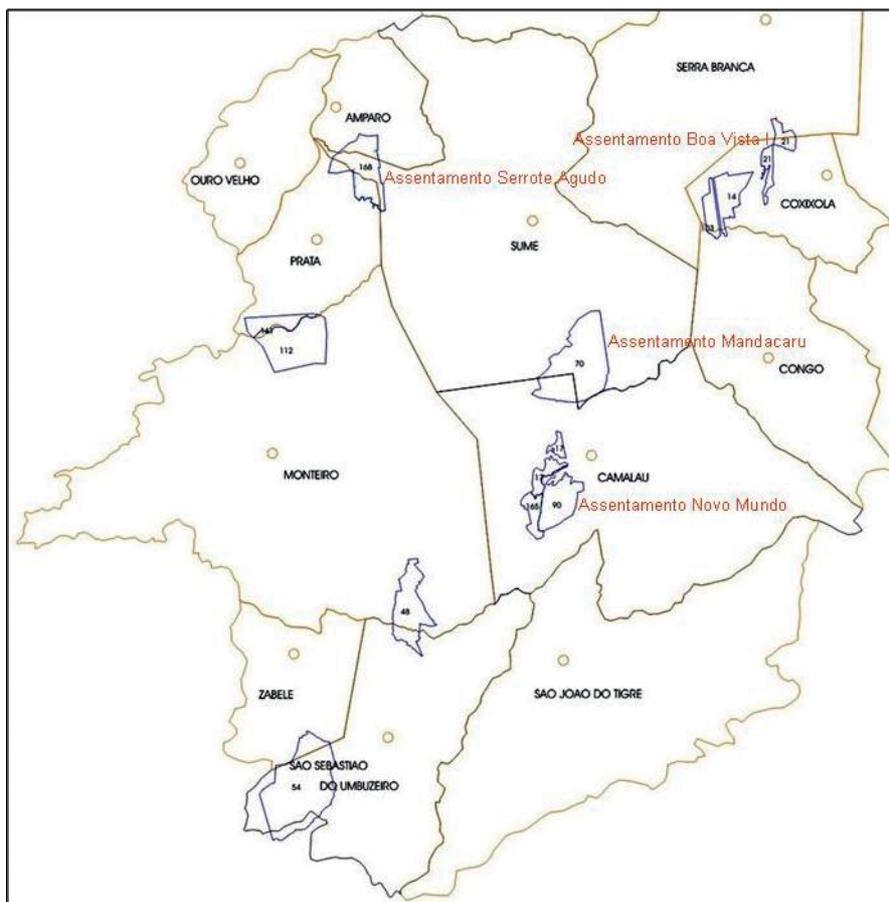
6 – A REFORMA AGRÁRIA NO CARIRI PARAIBANO

É neste contexto que os trabalhadores rurais do Cariri paraibano começam a se organizar. Em fins de 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, sob a liderança de Luiz Silva e, durante os anos 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem atuação sistemática na região. Ao passo em que, lutando contra todas as adversidades políticas, os trabalhadores, apoiados pela CPT, avançavam na luta pelos direitos trabalhistas, as lideranças consolidavam o sindicato, processo que culminaria com sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985.

Durante a década de 1990, em virtude da consolidação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Sebastião do Umbuzeiro, do avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e da crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da Sudene, os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela reforma agrária. Em dezembro de 1993 ocorreu a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, que viria a se tornar, por intermédio de um processo de regularização fundiária, o primeiro Assentamento da Reforma Agrária do Cariri paraibano. Em outubro de 1997, como resultado direto da mobilização promovida pelo STR de São Sebastião do Umbuzeiro, a Fazenda Estrela D’Alva, localizada naquele município, também é desapropriada. No mesmo ano, marcando a entrada do Movimento Sem Terra na região, ocorre a luta bem-sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú e, em 1999, com a desapropriação da Fazenda Feijão, no município de Sumé, o MST consolida sua ação no Cariri paraibano. Atualmente, há 13 Projetos de Assentamento no Cariri paraibano, conforme Tabela 1.

Segundo pudemos verificar na pesquisa que ora relatamos⁵, a criação dos assentamentos da reforma agrá-

⁵ A pesquisa foi coordenada pelos autores e realizada por uma equipe composta por oito alunos do Projeto UniCampo (ver nota 1) monitorados por alunos extensionistas dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em linhas gerais, a pesquisa tinha um objetivo pedagógico, pois se destinava a sensibilizar os estudantes do Projeto (lideranças camponesas do Cariri paraibano) para a importância da pesquisa social como instrumento para o equacionamento dos principais “problemas” dos assentamentos da Reforma Agrária na região. Desenvolvida entre julho e outubro de 2004, teve como metodologia: a construção coletiva do projeto e a visita *in loco* aos assentamentos selecionados (Boa Vista I, Mandacaru, Serrote Agudo e Novo Mundo), onde foi desenvolvida a “observação participante” com aplicação de entrevistas semi-



Mapa 2 – Localização dos Assentamentos

Fonte: INCRA

Tabela 1 – Assentamento do Cariri paraibano

Nome	Município	Área (ha.)	Famílias
Santa Catarina	Monteiro	3.600,0000	320
Renascer	Prata	900,0000	45
Estrela D'Alva	S. Sebastião do Umbuzeiro	5.270,7752	77
Novo Mundo	Camalaú	2.081,5000	87
Mandacaru	Sumé	4.392,0000	160
Beira Rio	Camalaú	482,6400	35
Dos 10	S. Sebastião do Umbuzeiro	2.154,0431	120
Boa Vista I	Coxixola	1.730,0000	40
Pinheiros	Coxixola	1.444,0000	30
Asa Branca	Coxixola	1.905,0000	50
Serra do Monte	Cabaceiras	5.830,6000	170
Eldorado dos Carajás	Camalaú	521,0000	20
Serrote Agudo	Sumé	2.356,7200	86
Total		32.668,2783	1.240

Fonte: INCRA

estruturadas (uma entrevista coletiva em cada Assentamento, por meio de reunião pré-agendada com a associação do assentamento e várias entrevistas individuais realizadas com os assentados). As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, tendo sido transcritas pelos monitores e tabuladas pelo grupo em várias reuniões preparatórias para o “Fórum da Universidade Camponesa”, realizado em dezembro de 2004, durante o qual os resultados foram restituídos aos outros estudantes e à própria sociedade local. Todo o trabalho está registrado no vídeo “Assentamentos do Cariri Paraibano” (RODRIGUES; CANIELLO, 2005). Disponível em: <www.ufcg.edu.br/~unicampo>.

ria no Cariri paraibano tem proporcionado efeitos muito importantes, destacando-se, sob nosso ponto de vista, a conquista da terra pelos camponeses que viviam na condição de moradores ou assalariados nas fazendas e o retorno à terra daqueles que foram expropriados pela “modernização” do campo. Esse processo é sentido e verbalizado por nossos informantes como algo extremamente positivo, na medida em que aponta para a reconquista da autonomia perdida, componente básico do *ethos* camponês:

Como cheguei no assentamento? Pensando numa liberdade. Porque quando eu vim para o acampamento, eu vim com a esperança da moradia. E hoje eu tenho a morada, e hoje eu tenho a minha liberdade. Aí a vida melhorou. Quem é um diarista alugado é o maior cativo da vida. Quando amanhece o dia, é obrigado. Até a noite chegar, muitas vezes na noite quando acorda, (está pensando no que vai tomar conta amanhã [...]) E hoje, eu não penso em nada disso. Eu vivo feliz porque não tenho nada de ninguém pra mim tomar conta amanhã. (J.E., Assentamento Novo Mundo).

Esta constatação não parece se restringir à região estudada, pois a questão dos efeitos da reforma agrária já foi objeto de várias pesquisas realizadas em outros contextos (TEÓFILO, 2001; LEITE et al., 2004; MEDEIROS; LEITE, 1999, 2004; IENO NETO; BAMAT, 1998), os quais ressaltam, precisamente, os impactos positivos do acesso à terra para os assentados. De fato, um estudo realizado em seis regiões do país, recentemente publicado, propõe um balanço bastante favorável dos resultados conseguidos. Conforme concluem os pesquisadores:

Os dados obtidos parecem em seu todo indicar que a presença dos assentamentos no contexto local e regional provocou modificações importantes e resultou, em geral, na melhoria das condições de vida das famílias ali instaladas, em que pese a precariedade de alguns serviços públicos, os conflitos no período inicial de conquista das áreas e atrasos na liberação de recursos. (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 30-47).

Entretanto, como avaliam Ieno Neto e Bamat (1998), “do ponto de vista dos trabalhadores rurais já assentados, a conquista da terra é apenas o início da luta pela reforma agrária”. Com efeito, uma vez na terra, os assentados ainda têm numerosos desafios para enfrentar: a demora no parcelamento, na atribuição dos lotes e na liberação dos créditos e a ausência de uma verdadeira participação dos assentados na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, resultando na imposição de “pacotes” tecnológicos impróprios, seja para as

condições ambientais do semi-árido, seja para as aspirações e habilidades dos assentados.

De fato, como pudemos observar na pesquisa, também no Cariri paraibano, uma série de fatores tem dificultado a consolidação do estabelecimento familiar tanto como “espaço de vida” quanto como unidade produtiva nos assentamentos da reforma agrária, o que poderá vir a trazer entraves importantes à reforma agrária na região.

Este artigo visa analisar um dos dilemas identificados na pesquisa e que, sob o nosso ponto de vista, ilustra o caráter autoritário das medidas “sugeridas” aos assentados, tendo como conseqüência sérias ameaças à sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária na região: a decisão sobre a forma de moradia.

7 – O PROBLEMA DA MORADIA NOS ASSENTAMENTOS

Segundo um recente estudo sobre a reforma agrária no Brasil, “os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado e é essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por conseqüência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses”. (LEITE et al., 2004, p. 111). Neste sentido, uma série de exigências e normas colocadas pelo Estado passam a pautar as decisões dos camponeses sobre questões elementares, como a escolha da forma de moradia. Embora a legislação procure preservar a autonomia dos assentados no curso de suas decisões⁶, exigindo que estas sejam deliberadas em assembléia da associação, a inserção dos camponeses numa forma inédita de organização social, a falta de conhecimento da legislação, a organização coletiva deficiente e o despreparo “burocrático” dos assentados, deixam espaço para que os “mediadores” – movimentos sociais, movimentos sindicais, setores da igreja, organizações não-governamentais (ONGs), agentes governamentais etc. – possam induzir a sua decisão sobre estas questões⁷.

Este estado de coisas é favorecido pelo “regime de urgência” imputado à maioria das decisões requeridas

⁶ “O Incri na implantação dos assentamentos de reforma agrária deverá garantir a efetiva participação dos assentamentos nas atividades de planejamento e execução das ações relativas ao desenvolvimento territorial”. (BRASIL, 2004, p. 2).

⁷ Em outro trabalho demonstramos como a participação dos assentados é “subtraída” na elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs). (DUQUE; CANIELLO, 2005).

aos assentados: em geral, o “mediador” chega ao assentamento com uma “oferta” normalmente vinculada ao acesso a recursos governamentais para as mais diversas finalidades e pressiona a diretoria da associação a convocar os associados e promover uma reunião imediatamente, pois, caso contrário, eles podem perder a “oportunidade”. Ato contínuo, a reunião é convocada, o “mediador”, acobertado pela legitimidade de quem detém a exclusividade das informações, expõe a situação sob seu exclusivo ponto de vista e a comunidade é “convencida” e todos “assinam a ata”⁸. Uma aluna da UniCampo, secretária de uma associação de assentados relatou um exemplo desse procedimento:

O Incra vai para dentro do assentamento quando tem um crédito para liberar, informação nenhuma dá, chega lá [e diz] ‘Vamos assinar’ e nós assinamos. Agora a gente está passando por um problema lá porque a gente assinou um aditivo, que era para complementação das casas [...] Simplesmente estava lá a empresa onde era para comprar, onde tudo era pra comprar, e a gente simplesmente meteu o lápis [...] E não leu e não olhou

[...] Culpa de quem? Da gente! A gente não leu e a gente assinou... Chegou vexado e a gente, como sempre, cometeu o mesmo erro.

Outro processo que perverte a deliberação livre da comunidade é a estratégia de “queimar etapas”: valendo-se da falta de informação dos assentados, o “mediador” apresenta demandas cuja decisão abalizada dependeria de decisões ou procedimentos precedentes⁹. É o caso da escolha entre a moradia no lote e a implantação de agrovilas no assentamento: sem o parcelamento, não há como decidir sobre o tipo de moradia, pois apenas uma das alternativas é viável – a construção das agrovilas.

Analisando o livro de atas de um dos assentamentos estudados, pudemos verificar como este processo se desenvolve. Dez meses após a constituição da associação dos assentados, a assembléia geral ordinária, esclarecida de necessidade do imediato parcelamento, encaminha um requerimento ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

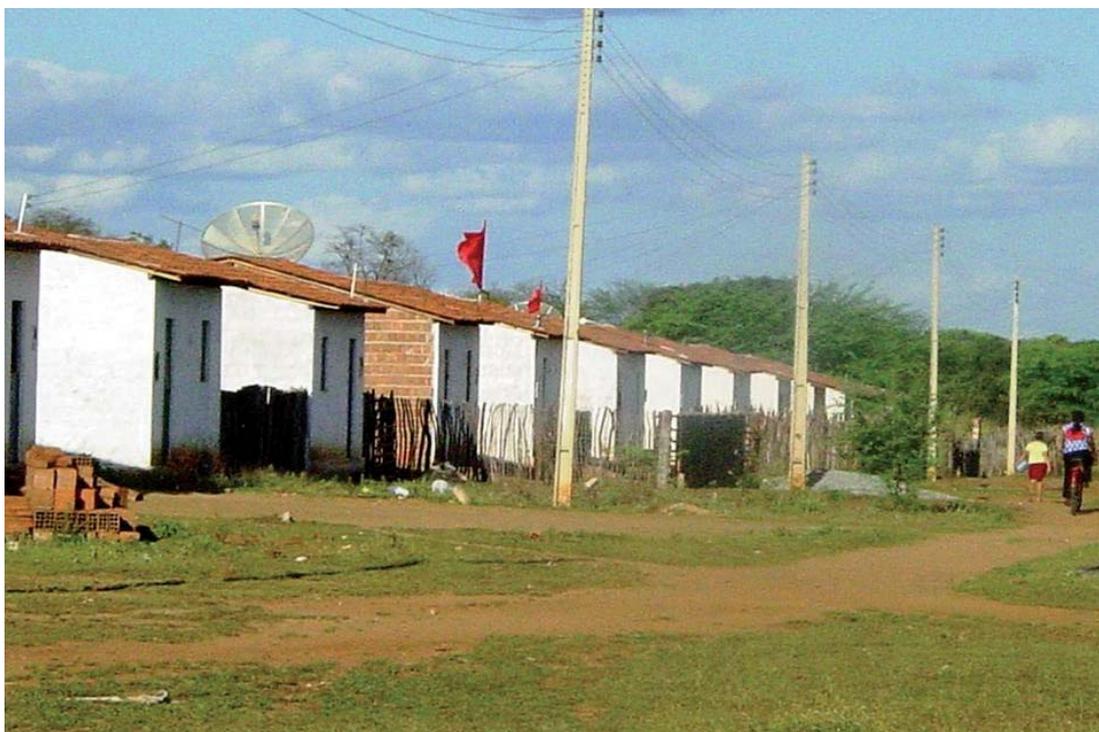


Foto 1 – Agrovila Lagoinha

Fonte: Renato Barreto

⁸ Durante um debate na Universidade Camponesa, um dos alunos definiu esse tipo de documento como “ata de encomenda”.

⁹ Já analisamos este tipo de estratégia no caso da liberação de financiamentos para a aquisição de animais tanto pelo Pronaf quanto pelo extinto Procera. Demonstramos que os tomadores de crédito são instados a comprar os animais antes da liberação de recursos para construção de cercas, perfuração de poços, para o plantio do suporte forrageiro etc., o que redundava na impossibilidade de manutenção dos animais e, por consequência, na insustentabilidade do empreendimento e no endividamento e inadimplência do tomador. (CANIELLO, 2004, p. 111-112).

Que trata da demarcação da terra, já que sem esta os problemas se avolumam e a associação fica sem condições de resolvê-los, então por esta razão requer que o Incra com urgência demarque as terras da fazenda e as distribua aos posseiros para que cada um possa trabalhar e plantar sua roça com mais segurança, sabendo o local certo onde vão ficar e não esquecendo a preservação do meio ambiente. (REUNIÃO REALIZADA NO MÊS DE JANEIRO DE 2003).

Dois meses depois, o assunto volta à pauta numa assembléia em que são arrolados como “dificuldades”, “a falta das casas e a falta do pré-parcelamento”. Tudo indica que o problema não foi solucionado, pois, na assembléia ordinária subsequente, houve um debate sobre “a repartição de lotes irregulares”, o que revela que os assentados, na falta do encaminhamento de seu pleito, começaram a delimitar as parcelas livremente e ali se estabelecerem, o que, evidentemente, é um fator de conflito. Diz a ata a que tivemos acesso:

A sócia Maria¹⁰ falou que estava insatisfeita com a repartição de lotes irregulares pelo Sr. José, já que a mesma foi prejudicada. O sócio João perguntou aos presentes se eram a favor desta divisão de lotes sem autorização do Incra e todos responderam que não. E se todos são de acordo partir só as terras de alto¹¹, deixando todos nos seus roçados sem serem prejudicados. Todos concordaram. (ASSEMBLÉIA REALIZADA NO MÊS DE ABRIL DE 2003).

O assunto conturbava de tal forma a convivência no assentamento, que uma comissão foi à superintendência regional do Incra em João Pessoa com uma proposta bastante amadurecida. A reunião foi assim relatada em assembléia extraordinária:

Falamos com o engenheiro do Incra sobre as propostas dos assentados, como o parcelamento o mais rápido possível, deixando como áreas coletivas as várzeas, terras que ficam próximas às margens dos rios e a campineira, área de criação dos animais conhecida como ‘algave’ [...] estas propostas foram bem aceitas pelo engenheiro e o diretor do Incra e principalmente pelos assentados, já que precisam criar e não vão perder seus pedacinhos de roçado. E os que ainda não têm roçado irão procurar um local adequado já que nas campineiras não podem colocar. O engenheiro garantiu que viria o mais rápido possível para fazer o parcelamento. (ASSEMBLÉIA REALIZADA NO MÊS DE MAIO DE 2003).

Nos meses posteriores, o assunto da falta de parcelamento e moradia voltou à pauta das discussões de to-

¹⁰ Todos os nomes são fictícios.

¹¹ As chamadas “terras de baixo” são as melhores para o plantio no semi-árido, ao passo que as “terras de tabuleiro” são as mais adversas.

das as assembléias realizadas, até que em agosto uma assembléia extraordinária foi convocada. O teor da ata não deixa dúvidas quanto ao desfecho do debate:

Em informes foi repassado pelo presidente da associação que o recurso do crédito habitação já se encontra disponível, só precisa os assentados entrarem em um acordo e optar pelo que querem. O presidente explicou aos sócios que as agrovilas seria bem melhor, porque se for construir as casas em parcelamento, a demora vai ser maior, pois primeiro precisa lotear e podendo ficar sem energia elétrica e água encanada e a população sem posto médico, escola e outros. Houve uma insatisfação por parte dos sócios, já que desejam suas casas na parcela, mas assim mesmo foi feito duas listas com os nomes da cada um e a sua opção. Onde 65 (sessenta e cinco) pessoas deram o nome a favor de agrovilas e 10 (dez) para as casas na parcela. Assim, o sr. Presidente ficou de marcar uma reunião com o sr. Arnaldo do Incra para agilizar a construção o mais rápido possível, já que todos estão precisando das casas por causa das péssimas condições de moradia, debaixo de árvores, barracos, quartos das casas existentes no assentamento e armazéns. (ASSEMBLÉIA REALIZADA EM AGOSTO DE 2003).

Esta ata é bastante reveladora, demonstrando, em primeiro lugar, as péssimas condições de vida num assentamento recém-instalado: a terra é desapropriada, a posse é imitada e os assentados ficam ao “deus-dará” até que as decisões burocráticas sobre questões cruciais e realmente urgentes, como o parcelamento, os créditos alimentação, fomento e moradia venham a ser tomadas. Evidentemente, uma das primeiras medidas a serem tomadas deveria ser a discussão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, instrumento fundamental para o planejamento global e, particularmente, para a demarcação das parcelas.

Em segundo lugar, fica evidente a “falta de opção” diante de uma decisão tão imprescindível: a maioria dos assentados preferia ver suas casas construídas nos lotes, mas a demora no parcelamento aliada à precariedade das condições de moradia, os levou a decidirem pela implantação das agrovilas. É o caso de outro assentamento pesquisado:

Eu acho o seguinte, primeiro o Incra devia fazer a demarcação das terras, entendeu? Cada marcação entendeu, parcela de cada família, devia ser uma casa dentro, pra que a pessoa ficasse à vontade ali.

Finalmente, mas não menos importante, é o argumento falacioso da infra-estrutura: a grande maioria dos assentados entrevistados, tanto individual quanto coleti-



Foto 2 – Agrovila

Fonte: Márcio Caniello

vamente, nos disse que um dos fatores determinantes para a decisão a favor da implantação das agrovilas era o acesso à energia elétrica e água encanada, bem como aos serviços essenciais, como postos de saúde e escolas. Três entrevistados foram bem claros a respeito disso:

Eu tô achando que tinha sido melhor na parcela do que na agrovila, mas já tinha a questão da energia, da água [...]

No caso atual que é a casa em forma de conjunto, de vilas, assim facilita o saneamento de água, energia elétrica facilita mais, e no caso de parcelamento, as casas dentro das parcelas, o gasto seria maior, mas com certeza não tinha esse, essa discussão toda, o pessoal morando.

Eu gostei de agrovila, nuns pontos eu gostei, porque fica melhor para se conseguir as coisas, né? Água, energia, você se comunica com alguém, com escola, com posto médico. Por outro lado fica difícil porque vai ter que morar todo mundo perto um do outro, aí para criar fica mais difícil [...]

Ora, das doze agrovilas visitadas em 2004, apenas duas tinham água encanada – aliás, estrutura herdada das antigas fazendas que foram desapropriadas – e três dispunham de energia elétrica, duas delas também com a estrutura já instalada antes da desapropriação das terras e outra fora beneficiária do Programa “Luz para Todos”, do governo federal. Num dos assentamentos, inclusive, a adutora da Companhia Estadual de Águas e Esgotos passa a 20 metros da agrovila, mas os assentados

não puderam fazer as ligações – é importante ressaltar que todas as casas dessa agrovila permaneciam desocupadas em função da falta de infra-estrutura básica.

Quanto a postos de saúde, não havia nenhum construído; no que se refere a escolas, apenas um assentamento dispunha de um pequeno grupo escolar, já existente antes da desapropriação. Também não havia nenhum equipamento de lazer nos quatro assentamentos pesquisados.

O que torna a indução pela implantação de agrovilas mais dramática é que, tal como relatado na ata citada e nos depoimentos arrolados, nenhum dos assentados entrevistados individualmente afirmou preferir as casas construídas no sistema de agrovila: cinco afirmaram que preferiam sua casa construída na parcela e três apresentaram posição dúbia. Como já fica explícito nos depoimentos acima, um dos principais problemas apontados em relação à moradia na agrovila é a questão do relacionamento:

Eu tô achando que tinha sido melhor na parcela do que na agrovila, mas já tinha a questão da energia, da água [...]

Você achava melhor por quê?

Porque tinha mais condição, livrava de conversinha, o que desgraça mais uma pessoa dentro da agrovila é a

picuinha, muita conversinha, às vezes tem uma pessoa boa, às vezes tem outra mais ignorante [...]

O que a Sra. acha disso, desse jeito, das casas na agrovila?

Eu achei bom, né? Sendo a minha vivência mesmo, que eu convivo com todo mundo. Pra mim, tá bom demais aí. Se fosse mais longinha uma da outra era melhor, né? Mas não quiseram fazer, né? Quiseram fazer tudo pertinho.

Por que a Sra. acha melhor se fosse um pouco mais longe?

Porque a gente colocava meio distante uma da outra. Nem a gente aperreia muito os vizinhos, nem os vizinhos aperreiam a gente.

Mas não são apenas os dilemas do relacionamento interpessoal num espaço restrito, ou “apertado”, como dizem alguns informantes, que trazem transtornos à vida social nos assentamentos organizados em agrovilas. Além da “picuinha”, da “fofoca”, do “aperreio” e da “conversinha” provocados pela falta de privacidade, a própria organização produtiva é afetada, seja em função dessa própria causa, seja em razão da distância da “morada” em relação ao “trabalho”:

Não dá certo porque o pessoal sempre cria alguma coisa, entendeu, e pronto, o bicho ali tá solto, aí vai entra na casa de fulano a comeu o milho de fulano, aí vem àquela confusão, aí se torna aquela rixa um vizinho com outro. Acho que é por isso que o pessoal tá assim meio [...] Até pra reunião não vem.

- Se você acha que esse modelo de lote seria melhor, porque a maioria votou pra ser agrovila?

Não, eu acho que não foi votado isto aí, foi uma decisão mesmo do Incra né, fazer estas casas assim, né?.

No momento da implantação, gostou do modelo de implantar a agrovila?

Gostei, só que eu pretendia de outro jeito, era lá no lote.

Quería assentar a casa lá no lote?

É, porque é longe pra se trabalhar, é mais separado pra criar os bichos, uma galinha, né? É mais fácil [...]

Então, vocês queriam no lote, né?

É, porque é o local de trabalhar mesmo.

É longe daqui?

É bem longe, eu saio às 4 horas da madrugada e só venho à noite, quando findar tudo.

Você tem uma barraquinha?

É, debaixo de um pé de pau. Vou fazer um quartinho agora, porque no tempo do inverno é ruim de trabalhar. Mora-se longe, tem que voltar [...]

Aí você vai dormir lá à noite?

É, se precisar e se tiver chovendo, lá mesmo fica, né? [...]

Agrovila não foi muito apoiada pelo grupo, ela veio, tudo bem, aqui está e nela nós estamos, mas as dificuldades ficaram muito grandes pra quem tem o seu trabalho mais distante de casa. Se tivesse havido uma concordância que essa moradia tivesse se expandido individual em cada lugar de cada um, eu acho que tinha sido melhor de que agrovila [...]

Portanto, parece evidente que o modelo da moradia em agrovilas traz grandes inconvenientes para os camponeses do Cariri paraibano, seja em função de transtornos para a sociabilidade, seja em função de questões produtivas, seja em função mesmo de questões culturais. Obviamente, esses “conjuntos habitacionais”, como um dos nossos informantes classificou a agrovila, são altamente incompatíveis com um modo de vida baseado na autonomia e cuja rusticidade, evidentemente privativa no cotidiano, se vê ameaçada pelo contato “obrigatório” com um vizinho cuja casa está a menos de 5 metros de distância. Como disse uma das alunas da UniCampo quando debatíamos essa questão, “Quando eu estou no sítio trabalhando, posso andar esfarrapada, não tem problema, mas na agrovila tenho que botar uma roupinha melhor”. Um depoimento sintetiza muito bem este estado de coisas:

É, a agrovila, ela foi aprovada por a maioria porque você sabe que tem muitas pessoas que dá uma resposta até sem pensar, e quando as respostas são dadas por maioria, aí mantém a força de quem está querendo levar pra o lugar mais certo, né? Você sabe, a maioria em todo lugar domina, ou certo ou errado, a maioria domina, por isso que hoje está a agrovila e hoje está também, o sacrifício do povo, se deslocar da moradia. Fica a moradia muitas vezes até fechada, porque o trabalho é distante e lá no trabalho também hoje sem condição de preparar uma minimoradia pra pôr os animais pequenos, os objetos. Quem trabalha sempre tem objeto no campo, foi o que eu achei difícil na agrovila, por isso teve saneamento de energia, saneamento de água, teve muita coisa a favor, mais se tivesse conseguido tudo isso pelo menos não fosse água, energia ou mesmo sem energia, se ela fosse expandida pelo setor de cada um eu achava que tinha sido mais vantagem.

Um conjunto semelhante de razões contrárias à “opção” pelas agrovilas foi levantado por Leite et al. (2004, p.

107) no estudo que já citamos. Segundo os autores, dos 92 assentamentos pesquisados em seis regiões brasileiras, apenas 26% eram organizados em agrovilas¹², “geralmente coexistindo com formas de nucleação da população anteriores ao assentamento”. (LEITE et al., 2004, p. 81). De acordo com os pesquisadores:

Nos pareceu que algumas tentativas de imposição, por parte do Incra, de uma forma de organização espacial contrária à vontade dos assentados resultam desastrosas, como em casos na Zona Canavieira em que foi imposto o uso do crédito habitação para construção de casas nas agrovilas, que acabaram ficando praticamente abandonadas, com assentados vivendo em casas mais precárias nos lotes.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a discussão do relatório da pesquisa com os alunos da Universidade Camponesa – muitos dos quais assentados da reforma agrária e outros tantos conhecedores da realidade nos assentamentos – uma das conclusões a que chegamos foi que a decisão pela construção de agrovilas nos assentamentos é menos uma “decisão” da coletividade do que uma “imposição” dos técnicos do Incra. Não se aprofundou muito o debate sobre as causas deste procedimento, mas foram ventiladas idéias importantes para rebater os argumentos dos técnicos, como o uso da energia solar e de poços com dessalinizadores nas parcelas como maneira a coalescer o modo de vida tradicional ao conforto da modernidade. Também foi aventada a necessidade de fornecer informações sobre os procedimentos burocráticos e técnicos para a organização de um assentamento, bem como sobre os direitos e deveres dos assentados para que eles possam discutir em igualdade de condição com os “mediadores” sobre o seu próprio destino¹³.

Sem embargo, a principal conclusão a que chegamos foi que o sistema de moradia em agrovilas é contraditório ao *ethos* camponês, na medida em que estabelece um modelo urbano de relações sociais e dificulta o

desenvolvimento do sistema produtivo característico do campesinato da região. Ora, como demonstramos na reconstituição histórica esboçada acima, a reforma agrária tem facultado aos camponeses anteriormente expulsos do Cariri uma alternativa de retorno “produtivo” à terra. A maneira sustentável de mantê-los nelas é restaurando o seu “sítio”, pois havemos de concordar com Ellen Woortman de que o “sítio camponês” é um “sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si”, cuja organização informa “uma lógica, uma estratégia e um saber – ou um ‘*know how*’ – que possibilitam a reprodução da produção camponesa nesse contexto regional”. (WOORTMAN, 1983, p. 164).

Assim, pensamos que a construção das casas nas parcelas dos assentados é a melhor maneira de possibilitar uma vida digna aos camponeses do semi-árido nordestino, na medida em que este sistema coaduna-se mais efetivamente com o seu modo de vida e o seu sistema produtivo. Com efeito, o sítio “restaurado” no assentamento parece ser a quimera mais acalentada pelos camponeses do Cariri, cuja visão de futuro e perspectiva de presente apontam para o que temos definido, na Universidade Camponesa, como o “projeto camponês”:

Há muitos anos que eu ouvia esse negócio de reforma agrária. E é isso que eu esperava: um dia vai sair esse negócio da reforma agrária. Deixei de fazer uma casa perto de Serra Branca pra correr pra o sítio. Porque eu achei que dentro da cidade não tinha fundamento pra mim, porque tudo que eu queria era comprado e eu não tinha condição de viver dentro da cidade. Um litro de leite, comprado. Um ovo, comprado. E eu pensava em partir pra o sítio e realmente chegar ao ponto que eu quero, tudo isso eu sei que algum dia eu vou conseguir, devagar, mas eu consigo. E devagarinho eu estou conseguindo o que eu quero. Depois que eu tiver com minha casinha organizada, dois hectares de palma situada, uma vaquinha, carroça, duas dúzias de cabras, uma dúzia de ovelhas, pronto. Dá pro cabra ir se virando, dá pro cabra ir ralando devagarinho.

Abstract

This shows the result of a research developed in 2004 by teachers and students of the Camponesa University in the area of Cariri Paraibano. It verifies that, however the settled people's speech pointed unequivocally to the building of houses on the area due to cultural, social, economical and productive reasons, there was a strong tendency to build agrovillages in the settlements. According to

¹² No caso do Cariri ocorre o contrário, pois a quase totalidade dos Assentamentos é organizada pelo modelo das agrovilas. Entretanto, tivemos oportunidade de visitar o Assentamento Estrela D'Alva, no município de São Sebastião do Umbuzeiro, o único na região constituído por “casas nos lotes”. Ali, apesar de existirem muitos problemas de infra-estrutura, notadamente a falta de água encanada e energia elétrica, os assentados se mostraram bastante satisfeitos por conseguirem fazer valer sua opinião frente à pressão do Incra, ressaltando que se alegravam por terem condição de “controlar” o seu lote autonomamente.

¹³ Este é, aliás, um dos propósitos da Universidade Camponesa.

these people, they favored the building of agrovillages induced by the technicians of INCRA (National Institute of Settling and Agrarian Reform) who argued that agrovillages were the only option to guarantee their access to piped water, electric power, medical care and education. We try to prove in this article, the fact that INCRA's technicians' argument is considered fallacious because it was imposed to the settled people by using some spurious expedients such as the adoption of the urgency regimen for the decision. The article concludes that building houses in the family's area would offer more sustainability to the settlements because it suits the peasant *ethos* and the economic dynamics of the familiar agriculture, basic foundations of rural enterprise in Brazilian semi-arid.

Key words

AAgrarian Reform Settlements – *Cariri Paraibano* – Sustainable Development of Semi-Arid

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALMEIDA, R. T. de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1978.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ASSENTAMENTOS do Cariri Paraibano Produção John Lenon Rodrigues e Márcio Caniello. Campina Grande: UFCG, 2005. 1 Videocassete, VHS, son., color.

BRASIL. Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 2004. Seção 1, p. 148.

CABRAL, E. M. (Org.). **Os Cariris Velhos da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

CANIELLO, M. Quando a sustentabilidade falha: o caso do programa da caprinovinocultura no Cariri

paraibano. In: WANDERLEY, M. N. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004.

_____. De sertanejo a retirante: os dilemas da identidade camponesa em a bagaceira. In: MODERNIDADE E POBREZA: AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ANOS 90: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE, 5., 1991, **Anais...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

CANIELLO, M.; TONNEAU, J. A pedagogia da Universidade Camponesa. **Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro**, Juazeiro, BA, ano 1, n. 1, p. 11-29, maio 2006.

COHEN, M.; DUQUÉ, G. **Le deux visages du sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses** (Nordeste du Brésil). Paris: Éditions de L'IRD, 2001.

DUQUÉ, G.; CANIELLO, M. PDA: a participação subtraída. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 12, 2005, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2005.

DUQUÉ, G. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri paraibano. **Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 3, n. 4-5, jan. 1984/dez. 1985.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. Tomo 1: A Época Colonial. Volume 2: Administração, Economia, Sociedade.

IENO NETO, G.; BAMAT, T. (Coord.). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: INCRA, 1998.

JOFFILY, I. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 1977. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: NEAD, 2004.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3. ed. atual. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.).
Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PALACIOS, G. **Campesinato e escravidão no Brasil:** agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília, DF: Editora da UnB, 2004.

RIETVELD, P. J. J. **Na sombra do Umbuzeiro:** história da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa: Imprell, 1999.

RODRIGUEZ, J. L. **Atlas escolar da Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: Grafset, 1999.

TEÓFILO, E. (Org.). **A economia da reforma agrária:** evidências internacionais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMAN, E. F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico 81,** Rio de Janeiro, 1983.

Recebido para publicação em 06.06.2006